



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 17, DE 8 DE JULHO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

1 Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e dez minutos,
2 realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE,
3 situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal, e,
4 virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão Ordinária Pública do Conselho
5 Pleno – CP, com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Celso
6 Niskier, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão Dias Vieira, Heleno
7 Manoel Gomes de Araújo Filho, Henrique Sartori de Almeida Prado, Maria Paula Dallari Bucci,
8 Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado, Otavio
9 Luiz Rodrigues Jr e Paulo Fossatti, e virtualmente, dos Conselheiros André Guilherme Lemos
10 Jorge, Givânia Maria da Silva, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos
11 Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Ludhmila Abrahão Hajjar, e Márcia Teixeira
12 Sebastiani, registradas as ausências dos Conselheiros Kátia Helena Serafina Cruz
13 Schweickardt, Luciane Bisognin Ceretta, Marcus Vinicius David e Maria do Pilar Lacerda
14 Almeida e Silva. O Presidente do CNE iniciou a Sessão dando boas-vindas a todos, informou a
15 pauta da Reunião e apresentou os convidados, quais sejam: Renato Janine Ribeiro, Presidente
16 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, e Márcia Ângela Aguiar,
17 Presidente da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, e os Conselheiros participantes. O senhor
18 Renato Janine Ribeiro agradeceu o convite e a oportunidade, e iniciou sua apresentação tratando
19 do papel da comunidade científica em relação à educação no Brasil e de sua experiência
20 enquanto Ministro de Estado da Educação, retratada em livro. Comentou que pouco se evoluiu
21 na educação do Brasil nos últimos dez anos, uma vez que, nesta época, havia pouco recurso
22 financeiro para investir nas áreas como educação, saúde, inclusão social, dentre outras.
23 Comentou que, quando Ministro, calculou que esta crise seria passageira, que não foi o caso,
24 considerando ainda as violações de aprovação de orçamento, ponto de grande importância para
25 a manutenção da democracia. Este quesito, em particular, dificultou a evolução e manutenção
26 dos projetos para a educação, a exemplo do Programa Mais Médicos que, em particular,
27 projetou atualizar a estrutura na formação de médicos no país, sobretudo no que se refere à
28 estrutura educacional das instituições. Salientou que, passado esse decênio, os problemas de
29 financiamento do setor público continuam presentes, uma vez que há oposição que emplaça
30 despesas desnecessárias, mas que oneram os órgãos públicos, e que recusam a remuneração de
31 atividades empresariais, o corte de verbas desnecessárias e novas fontes de financiamento.
32 Argumentou que vê com preocupação este cenário, considerou que o Plano Nacional de
33 Educação – PNE de dois mil e quatorze foi pouco aplicado e, considerando esta experiência,
34 estima não saber quão frutífero será este novo PNE. Ressaltou que tanto o governo quanto a
35 oposição, por mais divergentes de ideias e de filosofias, buscavam o melhoramento da gestão e
36 da disponibilização das verbas, e que este cenário não é o mesmo que se apresenta atualmente.
37 Neste contexto, compartilhou considerar importante não apenas realizar articulações que
38 gerassem economia, mas que ocasionem também um melhor rendimento, como a Educação a
39 Distância – EaD, modalidade esta que permite o acesso facilitado à educação, em todas as suas
40 fases, para pessoas das mais diversas realidades e localidades. Salientou que o incentivo
41 realizado às universidades federais para que oferecessem cursos superiores nesta modalidade
42 foi equivocado, uma vez que considera a educação oferecida por estas instituições referência



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 17, DE 8 DE JULHO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

de qualidade, e que cada região deveria ser atendida pela sua universidade correspondente, tendo seus cursos superiores apenas autorizados quando lograrem nota cinco nas avaliações. Defendeu a promoção do ensino a distância, sobretudo no contexto da pandemia da Covid-19, uma vez que o distanciamento auxiliou no combate à mortandade que o mundo viveu. Fez um panorama entre as grandes crises de saúde vivenciadas pela humanidade e a taxa de mortalidade de cada uma, como a peste negra, a gripe espanhola e a Covid-19, evidenciando a rapidez no desenvolvimento da vacina na prevenção da pandemia, e valorizou o papel do desenvolvimento da educação pela comunidade científica, e que este conhecimento seja compartilhado a todos pela educação, dividindo ser esta uma obrigação da educação formal se comprometer com a verdade, tendo em vista que a ciência não é um dogma, mas algo mutável e atualizável. Argumentou que a Educação Básica, diferente da Educação Superior, em certo sentido, apenas transmite o conhecimento e, por conseguinte, a graduação busca formar pessoas que discutam a ciência, e que a pós-graduação o capacite a buscar ferramentas para sua constante atualização e atuação profissional. Acrescentou julgar importante inculcar às crianças a curiosidade acerca da evolução da humanidade, suas migrações e desenvolvimento. Lembrou que, enquanto Ministro de Estado da Educação, criou uma assessoria para criação criativa, com o objetivo de adequar o currículo escolar no sentido de favorecer e incentivar a criatividade das crianças em idade escolar para os mais diversos assuntos, transformando a educação em fator de alegria. Noticiou que, a exemplo do Sistema Único de Saúde – SUS, a educação pode ser organizada para que se padronize a oferta e qualidade e, ao findar sua fala, fez constar que acompanha e cobra a criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação – SNCTI, com o envolvimento de quatro pastas ministeriais, uma vez que considera imprescindível sua atuação para o bom desenvolvimento da educação e do próprio país, e agradeceu novamente a oportunidade. O Presidente do CNE agradeceu sua presença e explanação, apresentou o Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato, e passou a palavra para a convidada Márcia Ângela Aguiar que, por sua vez, agradeceu o convite e oportunidade, e entendeu como graves e urgentes as ponderações realizadas pelo senhor Renato Janine Ribeiro, considerando que a reconstrução da educação a partir do presente contexto é uma tarefa árdua e necessária, como a atualização do PNE, observando que se houvesse sido observado alguns de seus objetivos, estaríamos em um outro contexto, mais favorável às necessidades presentes, e entende que o CNE possui condições de articular o acompanhamento e a avaliação do novo PNE, assim como em relação à educação EaD, uma vez que este Conselho dispõe da posição necessária para tanto. Ainda sobre o PNE, alegou que era previsto um núcleo para monitoramento e avaliação do PNE, constituído por diversas entidades, e que não houve ações articuladas em tempo hábil para que ocorram as devidas atualizações do PNE, sobretudo acerca das estratégias. De igual maneira, declarou que o CNE é possuidor de atos normativos que poderiam favorecer o bom funcionamento da educação na modalidade EaD, em conjunto com os Poderes Executivo e com o Legislativo, transmitindo sua preocupação sobre a interação deste Órgão Colegiado com as demais instâncias governamentais do país. Destacou preocupar-se com o acesso das crianças em idade escolar à ciência e à tecnologia, considerando a situação de trabalho dos profissionais de educação, sobretudo na Educação Básica, e julga ser necessário não apenas investir recursos em estrutura e equipamentos, mas também em melhores salários e condições de trabalho



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 17, DE 8 DE JULHO DE 2025
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

adequados com os direitos que cada um possui. Por fim, agradeceu a oportunidade. O Presidente do CNE agradeceu a fala e, juntamente com os Conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão Dias Vieira, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Maria Paula Dallari Bucci, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti, teceu considerações a respeito dos temas apresentados e foram respondidos prontamente. O Presidente do CNE agradeceu novamente a presença, a apresentação dos convidados e a participação dos Conselheiros. Encerrada a primeira parte da Reunião, passou-se à aprovação das Atas das Reuniões, quais sejam: Ata do Conselho Pleno nº 14, de dez de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, e Ata do Conselho Pleno nº 15, de dez de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, que foram aprovadas por unanimidade. O Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato, por sua vez, cumprimentou os presentes, e atualizou a todos sobre a reforma do prédio do CNE, e solicitou que os Conselheiros remanescentes busquem a Consultora Jennifer Caroline Luiz para que se dê continuidade à confecção do mapa para o planejamento estratégico do CNE. Em continuidade à Reunião, o Presidente do CNE reforçou a necessidade da conclusão deste planejamento, uma vez que visa otimizar todo o funcionamento do CNE e de suas comissões. Em seguida, efetuou-se o relato dos pareceres: 1) Processo SEI nº 23000.020156/2022-26. Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Assunto: Reexame do Parecer CNE/CP nº 34/2022, que realizou a Análise da proposta de Código Autenticador para Diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio e Certificados de Cursos de Qualificação Profissional Técnica e de Especialização Profissional Técnica pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Comissão: Leila Soares de Souza Perussolo (Presidente); Cleunice Matos Rehem (Relatora); André Guilherme Lemos Jorge, Gastão Dias Vieira, Henrique Sartori de Almeida Prado, Israel Matos Batista, Luciane Bisognin Ceretta, Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti (membros). Decisão do Conselho Pleno: Retirado de Pauta; 2) e-MEC nº 201905964. Interessado: Lexis Ensino Dirigido de Idiomas Ltda. Assunto: Recurso do Parecer CNE/CES nº 607/2024, que tratou do reexame do Parecer CNE/CES nº 659/2021, sobre credenciamento do Instituto Base, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relatora: Maria Paula Dallari Bucci. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de Pauta; e 3) e-MEC nº 202204187. Interessado: Centro de Idiomas, Ensino Técnico, Treinamento e Pesquisa do Nordeste-Cietep ME. Assunto: Recurso do Parecer CNE/CES nº 67/2025, que tratou do credenciamento da Faculdade Philum Uniph, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relatora: Ludhmila Abrahão Hajjar. Parecer CNE/CP nº 16/2025. Decisão do Conselho Pleno: Indeferido. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às treze horas e dez minutos, e para constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente da Sessão, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, oito de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.